ESCUTANDO CLINICAMENTE A INSTITUIÇÃO

Marília Teresa Teixeira Gontijo

Tenente Psicóloga da PMMG

Se bem lembrarmos, Freud, sempre que ia proferir uma conferência, iniciava sua apresentação falando algo do tipo: “Vamos abordar um tema um tanto controverso, talvez alguns dos senhores discordem...” E, assim, ele já sugeria que nada há de exato, de pronto e que um saber não é todo, um saber está sempre por construir.

Acredito que nós, profissionais desta área, não podemos ter outro destino que não este de estarmos sempre atentos às nuances de nossa clínica, recorrendo à teoria e reconstruindo sempre o nosso saber e o nosso estilo de trabalhar. Sabemos que a Teoria Psicanalítica teve sua origem na clínica, no árduo trabalho de Freud com suas históricas, em sua aguçada percepção e reflexão acerca dos processos mentais, o que o levou a concluir que suas “históricas sofriam principalmente de reminiscências”. Acontece aí uma mudança de referencial, em que Freud se desloca de sua formação médica para a formulação de toda uma teoria que buscasse explicar os sintomas histéricos sob outros parâmetros. Quem conhece a obra freudiana percebe claramente o movimento pendular de sua observação clínica para a criação da teoria e da teoria devolvendo um substrato para a clínica, como que num processo de retroalimentação.

Sendo assim, pensei em trazer-lhes hoje algumas reflexões sobre o meu percurso na Polícia Militar. Suponho que, mesmo considerando a particularidade de cada unidade a que servimos e a singularidade de cada um de nós, há algo comum, meio que universal, que permeia a Instituição PMMG. Basta nos lembrarmos que estamos todos assentados, incômoda ou comodamente, sobre dois pilares que, historicamente, sustentam a Instituição: Disciplina e Hierarquia. Não quero, com isto, reduzir a Instituição a esses pilares, nem tentar defini-la ou precisá-la como faria, talvez, um geômetro. Sei que por sobre esses pilares muitos, talvez infinitos desdobramentos, vão acontecer. Basta considerarmos que é uma Instituição composta por Homens, seres humanos que provavelmente sofrem de reminiscências tais como os analisados de Freud e carregam consigo as marcas, crivos componentes do cenário de vida pessoal, insistentes habitantes de nossa subjetividade. E é assim, subjetivamente, que vai se tecendo a relação de cada um com os pilares proclamados pela Instituição. Sabemos que é mesmo assim... Não há como precisar um começo ou um fim para a circulação das pulsões, para a expressão das fantasias inconscientes, das projeções... Elas acontecem. Acontecem no meio, no entre, no inesperado, no momento em que algo as faz suscitar.

Há pois que se questionar: O que fazer com este algo que irrompe no sujeito e que muitas vezes é re-vivido, e não apenas recordado, fazendo desestruturar a ordem dentro de uma Instituição que busca controlar, normatizar, formalizar e tolher a expressão da subjetividade humana?

Fico, então, a refletir sobre o lugar do psicólogo clínico na Instituição Militar. Possivelmente esperavam de nós que calássemos este “quê” de humano que rasga a moldura da farda e desestabiliza a estrutura organizacional. Talvez até mesmo que capturássemos o militar em nosso consultório e, a portas fechadas, lhe restituíssemos a compostura, remendássemos sua carcaça e o devolvêssemos pronto para o serviço.

Impossível esquecer como nos angustiamos no início de nossa prática diante deste difícil paradoxo! Como calar o sujeito, se a nossa postura deve ser justamente a de dar-lhe a palavra, ser depositário de suas fantasias, favorecer a revivência dos afetos e causar-lhes o desejo?

Gostaria, se me permitem, de me reportar ao meu primeiro dia de trabalho em minha Unidade, há um pouco mais de 7 anos, época da inclusão dos psicólogos nos Batalhões. Era uma manhã de quarta-feira, dia em que a tropa se formava frente ao quartel para receber instruções diversas, assistir ao hasteamento da bandeira e entoar o Hino Nacional. Só que não me advertiram de nada disso. Quando cheguei, deparei-me com o cenário já composto e, um tanto nervosa, dirigi-me ao oficial de mais elevado posto, o único que não estava em forma e apresentei-me conforme haviam me ensinado na Academia. Em resposta, ouvi: “Pode entrar em forma!” Assustada, procurei me colocar entre os oficiais e algum mais gentil me cedeu o lugar. Sei também que não fiquei na sequência hierárquica correta do pelotão. Eu estava com uma bolsa na mão e a pasta de apresentação na outra e todos sabemos que não se entra em forma com objetos na mão. Como cumprir a ordem? Não há algo de estranho nisto?

Percebi, logo, que eram contraditórios os sentimentos na expectativa da minha chegada. Queriam ou não queriam que eu “entrasse mesmo em forma”? Acredito que aí já me foi possibilitado um lugar diferenciado: A psicóloga podia, então, entrar em forma com sua “bagagem” nas mãos. Não é interessante?

Penso eu que por mais que possamos utilizar técnicas diversas em nossa prática, não podemos nunca nos abster da escuta psicanalítica. Não podemos nunca nos furtar de fazer a leitura do que jaz por detrás das palavras, daquilo que paira no ar. Penso que o analista deve ser um observador com atenção flutuante, não seletiva, prestando atenção a tudo, sem, contudo, fixar-se em um ponto.

Acho que de nada teria me adiantado contentar-me em me sentir ofendida com tão pouca calorosa recepção que me colocou, sem dúvida, em situação constrangedora frente à tropa. Tampouco me acrescentaria interpretar a atitude do superior como um conetivo, porque talvez devesse ter chegado mesmo mais cedo no primeiro dia de trabalho para juntar-me à tropa.

Era necessário perceber além. Devemos estar mais interessados nos tropeços, nos engasgos, por saber que por trás das palavras que circulam há algo, a coisa a ser representada. Entendi, pois, que a minha chegada causava, de certa forma, uma ameaça de desalojamento do estabelecido até então. Todos sabemos que o militar é forçado a se dispor de toda sua bagagem pessoal para se enquadrar no sistema militar. E, num ato falho, talvez, foi me endereçada essa ordem contraditória. Pude captar a estranheza no momento, provavelmente não com a clareza que os acontecimentos posteriores foram confirmando.

Logo em seguida surgiu a dúvida: Onde vamos instalar a psicóloga? Na Cia. Escola ou na SAS? Percebem como se estende a mesma questão e contradição, a mesma “incomodação”? Ela veio numa missão pedagógica, para falar e formar - colocar em forma - militares ou veio para escutar? Nesse momento me posicionei: “Vou ficar na SAS”, no lugar da escuta, da clínica, o que não me impediria de, por vezes, dar aula. Percebi que não era o momento de obedecer como tenente, e sim, de sustentar o lugar da psicóloga. E, como psicólogos, ao recebermos um cliente em nosso consultório, colocamo-nos à disposição dele para ouvi-lo e só intervimos depois das entrevistas preliminares, quando já temos uma visão do caso. Da mesma forma, era preciso marcar que eu estava ali primeiro para ouvir, uma escuta diferenciada e não para me incorporar aos instrutores da Cia. Escola e me limitar aos alunos com dificuldade de se porem em forma.

Assim sendo, postei-me, de início, a ouvir clinicamente a Instituição e fui me certificando, cada vez mais, que não era só dentro do meu consultório o lugar de exercer a Clínica, o lugar de intervir, de ocupar um lugar.

E, nesta tentativa de escuta, pude observar um rosário de colocações, tais como: “Militar deve ser superior às intempéries da natureza”; “O maior erro da PM foi admitir Pfem. nos seus quadros”; “O superior jamais erra, apenas se equivoca”; “Seus argumentos explicam, mas não justificam”; “Instituição Militar é excessivamente paternalista”; etc, dentre outras situações tais como a obrigatoriedade da presença e participação em comemorações festivas ou programações culturais, onde se percebia a ansiedade por se lotar o ambiente, preencher tudo. Melhor dizendo: o lugar vazio não podia aparecer. E tal como um rosário se constitui de uma exaustiva repetição da mesma coisa (Pai-Nossos e Ave-Marias com pequenas variações), também pude notar que na Instituição repetia-se, não menos exaustivamente, métodos, falas e formas de se afirmar a mesma coisa: A Instituição pretende ser Todo-Poderosa, os superiores devem ser onipotentes representantes do Pai e os subordinados, os filhos que devem seguir fielmente todos os preceitos, buscando formar sua identidade militar à imagem e semelhança.

Novamente ponho-me a perguntar? E nós, psicólogos, como intervir nesta estrutura pretensamente fálica?

Sabemos, do ponto de vista clínico, que nossa intervenção visa quebrar a fala repetitiva do cliente no sentido de remetê-lo a outros significantes e fazer circular o desejo. Portanto, se se repete, repete e repete a onipotência paterna, lugar do masculino por excelência, (mulher nunca nem deveria ter se incluído na PM), é porque, em contrapartida, já se deu conta de que algum furo existe. As faltas e falhas são rotineiramente flagradas pelo Regulamento Disciplinar, exemplificando a teoria de que um filho tem desejos incestuosos e não pode, portanto, ser completamente fiel a seu pai. E, ademais, se a Instituição pretende ser fálica e se seus integrantes esperneiam por se revelarem e se afirmarem assim, é porque a ameaça da castração ronda insistentemente seus corredores e invade suas janelas. Assim, na tentativa de se encobrir, sutilmente, revela-se, ao mesmo tempo, a castração. E, como psicólogos, eu diria a vocês, meus amigos, que nós apenas nos disponibilizamos para facilitar que o outro se dê conta daquilo que ele já sabe... Não é isto? Mas, acredito que, para tal, muitas vezes temos que sustentar o furo, o espaço da falta e, assim, causar, pôr a desejar.

Há, ainda, que se considerar que se todas as repetições tentam preconizar que a Instituição seja essencialmente paternalista, protagonistas de um outro cenário “familiar” circulam o tempo todo, mexem e remexem com a estabilidade afetiva do indivíduo. Pai não é só aquele que tolera demais os erros do filho, que perdoa setenta vezes sete, como pode parecer quando dizem que ser excluído da PM é a coisa mais difícil de acontecer. Não é tão simples assim...

Se buscarmos entender o que é o Pai na vida do sujeito, encontraremos uma trama conflituosa e por demais angustiante para muitos. É objeto de amor e ódio, é aquele que vem rasgando a deliciosa relação amorosa da criança com a mãe e impondo limites. Então, ser paternalista, não é ser bonzinho apenas, mas é ser terrífico muitas vezes, ameaçador, interditor, disciplinador, castrador e hierarquicamente superior. É ser poderoso, apesar de castrado também.

Todos nós assistimos, frequentemente, às cenas da re-edição desse encontro com o Pai, simbolizado na figura de autoridade, em todas as suas facetas. Por isso disse no início de minha exposição: “Por sobre os pilares da disciplina e hierarquia” e acrescentaria, agora, significantes que buscam traduzir a Instituição que pretende ser fálica e render honras à figura paterna, “infinitos desdobramentos vão acontecer”. Muita angústia há que ser posta em palavras para que se possa evitar o ato. Nasio, psicanalista, vai dizer que “a solução para a angústia de castração consiste em falar, em pôr em palavras, em pedir e pedir amor”. E não posso deixar de me remeter ao trabalho de nossa colega Karla Bonato, onde ela pergunta “Onde está a Palavra?” dentro desta Instituição que tenta substituir, incansavelmente, a palavra pela escrita, retirando do seu conteúdo a complementação emocional e afetiva. E aqui vale citar também Lacan: “A escrita mata o real”. Ou seja, não deixem a “coisa” aparecer, apenas convivam com suas formas de se fazer aparente.

Por aí podemos ir Tateando nas explicações de como determinados quadros patológicos são comuns entre os militares, e ir longe...

Mas, para não me estender mais, prefiro me ater novamente à escuta que o psicólogo pode fazer, não apenas de seu cliente, mas também deste quadro institucional. Constato, após mais de 7 anos de trabalho, que intervir é possível sim e que, analisando o meu percurso na minha Unidade, noto que algo apareceu e aconteceu. Fala-se hoje de uma tropa mais humanizada, o que quer dizer que alguns furos apareceram e desejos puderam se expressar.

Fato é que nem tudo se processa como num Conto de Fadas. Frustrados também somos nós em muitas de nossas iniciativas, pois com muitas facetas se mostram as caras dos diferentes “pais” que assumem o lugar da autoridade. Mas, como dizem alguns psicanalistas, também uma análise deve ser uma frustração do começo ao fim. Não podemos, pois, esperar que a Instituição assuma para nós o lugar do Grande Outro. Devemos, sim, lembrarmo-nos de que somos Tenentes, Capitães, e que estamos, portanto inseridos neste contexto como militares e, também, por vezes, trazendo à baila outra cena com os protagonistas de nossa história pessoal. Temos, e acho que devemos ter mesmo uma relação afetiva com a Instituição. Do lugar de oficiais, prestamos continências e obediências sim aos superiores, como o filho num gesto de respeito também pede bênçãos ao pai. Já como psicólogos, devemos ir além e escutar e falar daquilo que não “entra em forma”, por não ter forma, por faltar-lhe mesmo o respeito pela lógica da consciência. Falar daquilo que vem, que acontece, que teima em se expressar e que jamais conseguiremos calar. Sabemos que “o inconsciente se expressa à revelia da consciência de cada um”.

Saber diferenciar e se colocar nos dois lugares, de oficiais e de psicólogos, requer habilidade, intuição, um pouco de arte, além de teoria e técnica. Requer que consigamos oscilar de uma atitude mental para outra no momento oportuno. Exige bom senso, paciência para esperar o caminhar do outro, para acompanhar o percurso que a Instituição vai trilhando. Como analistas, devemos estar apenas um passo à frente do cliente, deixando-nos afetar, sem, contudo, sermos contaminados por suas questões. E, para isto, há que se ir limpando os nossos próprios escotomas, os nossos pontos cegos que, por vezes, impedem-nos de perceber e intervir analiticamente na situação.

Até onde podemos ir neste processo? Vou novamente ceder a palavra a Freud. Em seus artigos sobre a Técnica, ele vai nos dizer: “*Nenhum psicanalista avança além do quanto permitem seus próprios complexos e resistências internas*” e Ferenczi complementa: “*um analista vale o que vale a análise que o produziu*”.